

# Mercenário da FNLA em tribunal

No 1.º Tribunal Militar Territorial de Santa Clara, começou, ontem, o julgamento de Vasco Roberto Montez, acusado de uso e porte ilegal de armas de guerra.

Retornado de Angola, Vasco Montez era membro de uma brigada especial de segurança do Partido Socialista quando foi detido pela Polícia Judiciária em Novembro do ano transacto, por terem sido encontradas na sua posse várias granadas defensivas, pistolas-metralhadoras, um revólver, uma carabina com mira telescópica, uma faca de ponta-e-mola e um "box" além de uma moça de Rio Maior "oferecida pelo partido", segundo revelou. Na sessão de ontem, presidida pelo Juiz-presidente coronel Clodomiro Alvarenga, o réu afirmou ser "militante e conselheiro militar da FNLA", nos últimos tempos que viveu em Angola, donde trouxe as armas que lhe foram apreendidas pela PJ. Embora se tenha afirmado desconhecer do teor da lei que obriga todos os indivíduos possuidores de armas a entregá-las num determinado prazo de tempo, aquele réu confessou, no entanto, que as mesmas chegaram a estar ao serviço do PS na sua própria sede. Além disso, "as armas pertenciam à FNLA e a declaração de coisas que não lhe pertenciam chocaria com questões de fidelidade a certos princípios", conforme defendeu o seu advogado Fernando Galvão. Aliás, aquele caudillesco, no intuito de fazer crer ao Tribunal que o porte de armas no período em que foram usadas se justificaria, acabou por revelar que, também ele, "tentou comprar uma G-3 a um cigano quando isto estava mau", e que só não fechou o negócio "porque o vendedor não tinha munições". Vasco Montez, nas suas declarações, afirmaria ainda que o PS lhe pagava 15 contos mensais, por pertencer à brigada de segurança. O réu está, no entanto, convencido de que "prestou elevado serviço à sua pátria" até porque, "se não fosse ele, aquele Tribunal não estaria ali a funcionar, mas em sua substituição estaria sim, um Tribunal Popular".

Na sessão de ontem foram ouvidas quatro testemunhas de defesa: dois comandantes de marinha de guerra que conheceram Vasco Montez quando este pertenceu às companhias que comandavam em África, a mulher do réu, que "desconhecia que o marido tivesse na sua posse armas de guerra" e ainda o chefe de brigada especial de segurança do PS, Joaquim Centeio Maria, detido em Caxias desde Janeiro passado, por questões igualmente relacionadas com armas de guerra e implicação no assalto à Standard Elétrica. O julgamento prossegue às 15 horas do dia 19 de Janeiro.

# MAIS UM PIDE EM LIBERDADE «Neste tribunal, os pides transformam-se em cordeiros» - afirmação do Promotor de Justiça

O ex-agente de 2.ª classe da PIDE/DGS José Rodrigues Peres, foi ontem julgado no 5.º Tribunal Militar de Lisboa e condenado a 12 meses de prisão. Como já tinha «sofrido» 19 meses e 20 dias de detenção, saiu em liberdade. Mais um, portanto. O pido Rodrigues Peres, que actualmente reside na Avenida Pio XII, 8, 6.º dt.º, em Portalegre, cidade onde é vendedor de automóveis, alegou em sua defesa: bom comportamento anterior, imperfeito conhecimento do carácter criminoso da organização a que pertencia e o facto de não ter havido queixas contra si. O Tribunal deu pouco valor às duas primeiras atenuantes - o registo criminal dos pides é, evidentemente, das coisas mais «limpas» que há, e quanto ao desconhecimento das características da organização é argumento que já não pega... - mas nada pôde fazer perante o último, que cai na «alçada» do Decreto-Lei 349/76 que, na prática, anula a lei 8/75. Assim, e como, na verdade, nos autos não constava qualquer queixa contra o pido Peres, (quem ouviu quem a esse respeito?) o Tribunal teve que se limitar a aplicar a lei que não permite, nestes casos, punir com menos de três dias e mais de dois anos de prisão... Vai daí, atendendo ao facto de ter exercido funções de pequena responsabilidade na hierarquia da Pide, considerando que trabalhou em sectores

desafectos à investigação criminal ou repressão política, e não se verificando a existência de agravantes de responsabilidade, a sentença foi o que se esperava: 12 meses de prisão, isto é, o suficiente para poder sair em liberdade...

## O NOBEL DA PAZ

A história deste pido que tem 33 anos e é casado com uma professora primária é longa de nove anos. Em 1967, no dia 4 de Dezembro, o até então factor do Metropolitano passou a ser pido. Foi nesse dia que entrou para a sinistra organização, deixando a sua anterior profissão por «razões de saúde». Frequentou depois a escola Técnica da Pide (Aproveitamento: 12,5...), passou a agente auxiliar e foi promovido em Agosto de 69 a agente de 2.ª classe. Entretanto tinha embarcado para Moçambique (26/12/68) onde prestou serviço em Zumbo e Vila Coutinho. Regressou a Portugal e esteve colocado em Portalegre exercendo funções predominantemente burocráticas. Aqui se encontrava no dia 25 de Abril de 74, sendo preso 4 dias depois. Transitou pelas cadeias de Évora, Caxias e Penitenciária de Lisboa até sair em 4 de Setembro de 74. Dois meses mais tarde, porém, viria a ser novamente detido, acabando por ser libertado «provisoriamente» em 26 de Janeiro deste ano. Resumindo: com

6 anos e quatro meses de serviço activo na Pide, dos quais 4 anos foram passados em Moçambique, o pido Peres sofreu 19 meses e 20 dias de detenção intervalada... Nesse período de tempo aquele agente, segundo afirmou, não se apercebeu do que era a Pide, «pois só depois do 25 de Abril e através dos jornais é que soube o que era».

Entretanto o promotor de Justiça, perante tanta «candura» deste Pide - de resto igualzinha à dos pides que vão passando naquele Tribunal - lembou a história de S. Francisco de Assis que transformou o lobo em cordeiro e acrescentou: «É a mesma coisa neste Tribunal. Verifico que os pides se transformaram todos em cordeiros». Antes, o promotor de Justiça fez uma previsão que, na verdade, dá para pensar: «A continuarem julgamentos como este os capitães de Abril ainda poderão ganhar o prémio Nobel da Paz...». E não se andará muito longe disso: então não é verdade que, apesar da solemnidade de que se revestem as sessões nos Tribunais Militares, ainda ontem se assistiu ao espectáculo ridículo de terem permitido declarações em defesa do réu apresentadas por dois agentes de 1.ª e um subinspector da PIDE?

Hoje, no 4.º Tribunal Militar à rua do Jardim do Tabaco, n.º 23, haverá mais um julgamento de pides. Esperemos pelo desfecho.

# REDACÇÃO DE «O SÉCULO» Não apoiou nomeação de Nandim de Carvalho

«Os trabalhadores da Redacção de «O Século» não deram nenhum parecer favorável à nomeação do dr. Nandim de Carvalho, tendo sido surpreendidos pelo aparecimento do seu nome no cabeçalho do jornal», afirma-se numa moção ontem divulgada pela Redacção do jornal «O Século», a propósito da nomeação daquele deputado do PPD/PSD para director daquele matutino e da sua destituição pelo Governo, decorridas algumas horas.

Na moção em causa, acrescenta-se: «Os trabalhadores da Redacção de «O Século» não tiveram conhecimento de que o seu Conselho de Redacção tenha dado tal parecer em nome». Depois de esclarecer que os jornalistas do matutino não manifestaram a Nandim de Carvalho "qualquer apoio" após ser conhecida a sua destituição, a moção assinala, no seu último ponto, que "os

trabalhadores da Redacção consideram como atitude divisionista qualquer tomada de posição individual que, empolada por outros jornais, possa ter levado ao público a falsa ideia de que a Redacção tomou partido nesta lamentável disputa partidária que, mais uma vez, vem pôr em risco os postos de trabalho de mais de oitocentas pessoas».

Reforçando este ponto, os trabalhadores da Redacção de «O Século» acrescentaram uma adenda onde "recomendam veementemente que, para nomeação de qualquer futuro director para «O Século», a administração e a Secretaria de Estado da Comunicação Social, ouvido sempre o Conselho de Redacção, se norteiem por um espírito apartidário, repudiando, portanto, a escolha de qualquer figura claramente conotada politicamente».

# «Pravda» analisa eleições portuguesas

MOSCOVO — O diário soviético "Pravda" publicou na sua edição de anteontem uma notícia sobre as eleições para os órgãos do poder local em Portugal, na qual salienta que "os portugueses votaram pela consolidação da ordem democrática no país, pelo seu avanço na via do progresso social".

Baseando-se numa informação enviada de Portugal pela agência TASS, o "Pravda" destacou que "não obstante a vasta campanha anticomunista desencadeada por todo o país pelas forças reacçãoárias a Frente Eleitoral Povo Unido foi praticamente a única força política que fortaleceu as suas posições em comparação com as eleições parlamentares". O órgão central do PCUS salienta

a grande derrota sofrida pelos partidos e grupos oportunistas de esquerda "que frequentemente aderem à reacção na sua actividade anticomunista" e considera "uma séria advertência para o Partido Socialista governante a brusca elevação do número de eleitores que não participaram na votação".

"Não restam dúvidas", assinala o "Pravda", "sobre a posição dos eleitores que se absteram influir muito a decepção face à linha inconsequente seguida pelo actual governo unipartidário dos socialistas que fazem concessões, uma após outra, aos círculos de direita e se recusam a formar aliança com as outras forças de esquerda do país".

# POVO UNIDO DO PORTO AFIRMA

## «A direita sofreu sérias reduções de votos»

PORTO — A análise dos resultados eleitorais foi o objectivo de uma conferência de Imprensa da Comissão Coordenadora do Porto da Frente Eleitoral Povo Unido, com a presença de dois candidatos eleitos para a Assembleia Municipal, em que foi sublinhada a deslocação do eleitorado para a esquerda e referida a séria redução de votos da direita.

Mostrando satisfação com os resultados daquela Frente Unitária no Porto, os elementos da FEPU destacaram o significativo avanço da esquerda consequente no Norte do País, ao contrário do registado com as restantes forças políticas concorrentes às eleições para as

autarquias. "A análise dos números mostra claramente que o povo definiu uma vez mais uma opção socialista" — destacou o eng. Sousa Pereira, daquela Frente Unitária, que recordou o facto de o Partido Socialista ter vencido na quase totalidade das freguesias do Porto, mas recordou que aquele partido não poderá responder aos grandes problemas locais e nem levar à frente o seu programa sem uma consequente política de alianças. "Na própria Câmara Municipal do Porto existe uma maioria numérica de esquerda. O nosso programa privilegia as populações e a sua participação efectiva. Julgamos que esses interesses podem ser

firmente defendidos com pessoas já eleitas e que com eles se identifique" — frisou o eng. Manuel Andrade, um dos membros da FEPU eleitos para a Câmara Municipal. "O tipo de campanha que desenvolvemos não terminou. O contacto com as populações vai continuar e na Câmara tudo faremos para que isso se concretize" — disse ainda Manuel Andrade, já com experiência na gestão democrática da autarquia, pois pertenceu à primeira Comissão Administrativa. "O sentido da nossa actuação é nos interesses da população e isto está bem claro no nosso programa, de que não abdicaremos" — acrescentou aquele elemento da FEPU.

Reportando-se, depois, aos resultados eleitorais, os membros da Comissão Coordenadora do Porto da FEPU relataram uma série de atropelos que prejudicaram aquela Frente Unitária, nomeadamente uma notícia proveniente do Quartel-General (o caso do petardo de Amarante) e a acção de autoridades administrativas, que condicionaram a campanha da FEPU.

Quanto à provocação do petardo de Amarante, afirmaram que a FEPU tomará "as medidas legais adequadas".

No plano de actuação nas autarquias, os elementos da FEPU manifestaram-se contra qualquer divisionismo proveniente de tentativas de divisão partidária a nível de poder local e reafirmaram a disposição de lutar, na perspectiva unitária, pela resolução dos problemas concretos da população.

"A FEPU avançou mais nas zonas onde o processo democrático tem maior implantação" — referiu ainda outro membro da Frente Unitária, recordando que, no distrito do Porto, a subida na votação é disso prova evidente.

# CONFERÊNCIA SOBRE APARTHEID MPLA apoia proposta do CPPC

LUANDA — O MPLA decidiu "apoiar plenamente a proposta do Conselho Português para a Paz e Cooperação no sentido de que a próxima Conferência Mundial Contra o apartheid e de Apoio à Luta do Povo da África do Sul" se efectue em Lisboa em Junho de 1977. A decisão consta do comunicado final das conversações efectuadas na capital da República Popular de Angola entre delegações do MPLA e do CPPC.

As duas delegações — a do CPPC era constituída por Silas Corqueira e Monsenhor Soares Martins — dirigiram no ocasião "um apelo instantâneo aos movimentos da paz e pelos direitos do homem, às organizações de massas, às organizações religiosas, aos partidos democráticos e progressistas, aos movimentos revolucionários de libertação nacional, às personalidades eminentes e aos trabalhadores de todo o mundo, para que desde já

exprimam e organizem o seu apoio político e material à conferência, contribuindo assim poderosamente para pôr termo ao brutal e desumano regime do "apartheid" e ao perigoso foco de tensão e de guerra existente na África do Sul, assegurando finalmente o poder para o povo".

A decisão de efectuar a conferência mundial contra o apartheid foi tomada durante a reunião internacional de emergência realizada na capital da Etiópia em Outubro deste ano. Na altura, os participantes limitaram-se a sugerir que a conferência se efectuasse numa capital da Europa Ocidental, deixando ao critério das organizações mais interessadas na sua realização a escolha definitiva da cidade.

A delegação do CPPC que visitou Angola foi recebida pelo presidente Agostinho Neto, pelo primeiro vice-primeiro-ministro, José Eduardo Santos e ainda pelo vice-ministro dos Negócios

Estrangeiros, Roberto de Almeida. O comunicado conjunto das conversações distribuído em Luanda assinala que o MPLA e o CPPC, constatando o interesse no reforço das relações de amizade e cooperação entre o povo português e o povo angolano, acordaram em "promover o desenvolvimento de relações entre o CPPC e os departamentos próprios do MPLA e entre as organizações de massas portuguesas e angolanas para a realização de iniciativas de informação, cooperação e acções conjuntas de luta pela paz". As duas delegações reconheceram que tais iniciativas "contribuirão para um melhor reconhecimento mútuo e entendimento entre os dois povos e para o estabelecimento e consolidação de relações de amizade e cooperação na base da igualdade, não ingerência e reciprocidade de interesses e vantagens entre os dois Estados".

o diário VENDE-SE: ESTABELECIMENTO DE SEBASTIÃO ELIAS R. Salvador Marques, 136 ALHANDRA

PUB. SINDICATO DOS TRABALHADORES ELECTRICISTAS DO CENTRO AVISO "Avisam-se todos os associados que a Assembleia Geral Ordinária assim como a Assembleia Geral Extraordinária que estavam convocadas para o dia 18/12/76 ficam adiadas para data a determinar. O Presidente da Assembleia Geral José Luis Pascoal Soares

PUB. Um semanário diferente para chegar a mais gente Mais um jornal se anuncia para breve. Você, que anda de tal maneira «cheio de informação» que até já perdeu o hábito de fazer a sua paragem diária nas bancadas dos jornais, interroga-se sobre mais um semanário que vai sair. Tem a dúvida da oportunidade, o sobressalto da desconfiança, o ceticismo da qualidade. Nós concordamos consigo. Você terá talvez toda a razão em pensar assim. Excepto num caso. Excepto no que diz respeito ao TELEX. O TELEX é de facto um semanário diferente para chegar a mais gente. A si, por exemplo!